

ARTIGO

# Propaganda totalitária e as articulações entre verdade e mentira: uma reflexão a partir de Hannah Arendt

## Totalitarian propaganda and the articulations between truth and lies: a reflection based on Hannah Arendt

Júlio César Ferreira de Matos Freitas

Graduação em andamento em Filosofia (2017). Universidade Federal de Goiás – UFG - Faculdade de Filosofia, Goiânia, GO – Brasil.

**Resumo:** Este artigo expõe, em primeiro lugar, o que significou a novidade do totalitarismo segundo Hannah Arendt. Em seguida, tecemos algumas considerações acerca da articulação entre verdade, mentira e propaganda nos aparelhamentos ideológicos do Estado totalitário. Assim, assumimos que o acontecimento político que minou a capacidade de agir e a deliberação sobre a vida pública, a saber, o totalitarismo, teve como efeito a cristalização de determinados dilemas éticos e políticos.

**Palavras-chave:** Arendt; Totalitarismo; Verdade; Mentira; Propaganda.

**Abstract:** This article analyses, initially, what the novelty of totalitarianism meant according to Hannah Arendt. After that, we make some considerations about the articulation between truth, lies, and propaganda in the ideological apparatuses of the totalitarian state. Thus, we assume that the political event that undermined the capacity to act and deliberate on public life, namely totalitarianism, had the effect of crystallizing certain ethical and political dilemmas.

**Keywords:** Arendt; Totalitarianism; Truth; Lies; Advertising.



Em *Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt empreendeu uma investigação acerca da novidade do totalitarismo. Esse fenômeno do século XX surgiu em um momento em que a Europa já havia passado por várias situações críticas, como a crise econômica que assolou a Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. Mas era a primeira vez na história que se elevava à categoria política um modo de dominação e controle do humano nesta proporção: a constituição de um Estado hostil à vida humana foi exatamente o que significou todo o movimento totalitário. Deve-se ter em mente que as reflexões de Arendt sobre as experiências totalitárias absorveram o peso da violência e perseguição que recaiu sobre os judeus à época. Nesse sentido, Arendt faz mais que um exercício descritivo sobre a nova forma de governo, uma vez que ao narrar de modo singular a experiência totalitária, a filósofa buscou o sentido da novidade desse fenômeno que surgiu na Europa. Metodologicamente, Arendt assume novas categorias de análise para aproximar-se ao máximo do fenômeno e, assim, pensar o totalitarismo em seu paroxismo – o momento de maior intensidade e expressão do regime.

Os escritos de Arendt são fundamentais para a análise da política totalitária e para a compreensão dos paradoxos políticos que se expressaram e se fundaram no Estado totalitário. A partir da perspectiva arendtiana, nosso objetivo é reexaminar esses escritos para compreender melhor esse evento que aconteceu no século XX e o porquê de ele assumir uma configuração sem precedentes. Para isso, analisaremos como se articularam *verdade* e *mentira* nos aparelhamentos ideológicos do Estado totalitário, assim como, acerca do uso da *propaganda totalitária* como instrumento para atingir determinados fins, a saber, a manipulação das massas e a supressão da capacidade de agir.

Dado os objetivos expostos, algumas questões emergem na fundamentação de nossa investigação: Como se cristalizaram esses elementos na política totalitária? Quais dilemas éticos e políticos esses elementos suscitaram? Essas questões precisam ser consideradas para julgarmos de forma mais adequada o tempo histórico e entender as características distintivas do fenômeno totalitário elucidadas por Hannah Arendt e, por fim, refletir acerca das estratégias empreendidas pelos nazistas para suprimir/enfraquecer a vida pública e o interesse comum.

## A natureza do totalitarismo

Em sua busca pelo sentido da experiência totalitária, Hannah Arendt articulou presente, passado e futuro, interpretando o totalitarismo enquanto categoria *narracional*<sup>1</sup>. Sendo assim, os escritos sobre as *Origens do Totalitarismo* não se tratam de uma interpretação histórica, mas de uma interpretação em que o totalitarismo é também uma categoria de análise e possui uma atemporalidade. Arendt articula essas temporalidades – presente, passado e futuro – apesar de rejeitar uma filosofia do futuro ou a atribuição de uma causalidade aos fatos. Portanto, compreender o totalitarismo é indispensável, e isso significa “encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido” (ARENDR, 1998, p. 21).

Quando Hannah Arendt escreve que compreensão “significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós” (ARENDR, 1998, p. 21), a autora tinha como objetivo capturar o fenômeno totalitário naquilo que ele possuía de singular. Sob esse viés, novas ferramentas de análise precisaram ser criadas para que se pudesse julgar a realidade de forma mais adequada,

<sup>1</sup> Esse conceito é analisado com rigor por Odílio Aguiar. Mais referências, verificar: *A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt* (2008).

sendo indispensável abandonar os pré-julgamentos e encarar o novo sem recorrer a uma categoria universal.

A análise de Arendt parte de três eixos: o antissemitismo, o imperialismo e o domínio total. Para a filósofa, totalitarismo não foi um regime ou ditadura, mas uma nova forma de governo, porque ele não pode ser associado a outras formas de dominação que ocorreram ao longo da história da humanidade. Primeiramente, no totalitarismo, o antissemitismo significou a conversão do preconceito racial para discriminação política legal (AGUIAR, 2008, p. 76). Mas, a história do antissemitismo na Europa é de longa data, haja vista que, antes de Hitler assumir o poder, vários judeus haviam perdido funções públicas na Alemanha depois de um longo período de emancipação política e econômica do povo judeu. Logo, havia um processo de declínio dos judeus que se repetia em toda a Europa e, além disso, uma hostilidade crescia devido a uma imagem estereotipada desse povo, o que mostra a gênese do antissemitismo na Europa.

O desastre judeu variou em cada momento histórico e geográfico, porém, nos séculos XIX e XX, o antissemitismo adquire maior importância. Em segundo lugar, o antissemitismo como ideologia era a expressão da constituição de um governo e da inauguração de novas relações de poder. Já o antissemitismo como ódio aos judeus, era a discriminação e preconceito social e religioso que os judeus sofriam há muito tempo na Europa. Essas duas características do antissemitismo, analisadas por Arendt, auxiliam na compreensão desse complexo acontecimento marcante do século XX.

Os acontecimentos políticos do século XX atiraram o povo judeu no centro do turbilhão de eventos; a questão judaica e o antissemitismo, fenômenos relativamente sem importância em termos de política mundial, transformaram-se em agente catalisador, inicialmente, da ascensão do movimento nazista e do estabelecimento da estrutura organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha de provar que não era judeu ou descendente dos judeus; e, em seguida, de uma guerra mundial de ferocidade nunca vista, que culminou, finalmente, com o surgimento do genocídio, crime até então desconhecido em meio à civilização ocidental (ARENDR, 1998, p. 20).

Esses crimes sem precedentes na história, de acordo com Arendt, contribuíram para que os judeus não conseguissem entender o elemento central do governo que se instaurava. Havia, dessa maneira, uma crise que se apresentava como um sintoma da desintegração política em vários países e distúrbios presentes no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Nota-se, assim, que a política totalitária e todo esse movimento era a expressão de algo maior: “o antissemitismo (não apenas o ódio aos judeus), o imperialismo (não apenas a conquista) e o totalitarismo (não apenas a ditadura)” (ARENDR, 1998, p. 13). Além disso, o domínio total significou a articulação de vários elementos, a saber: a massificação, a propaganda, a organização e movimento, a solidão e o campo de concentração.

As massas, as quais a política totalitária baseia seu poder, diferente das classes organizadas, não tinham representação política, eram indiferentes e desarticuladas, de modo que não faziam parte das organizações normais da vida social. O termo massa caracteriza as pessoas que, devido ao número (quantidade), indiferença, ou ambos, não podem se integrar em uma organização com interesse comum, partido político ou sindicato (ARENDR, 1998, p. 361). O poder político, inegavelmente, está intrinsecamente movido pelas forças das massas, como a força exercida por animais de rebanho. Certamente, dessa metáfora do animal de rebanho, extrai-se algumas características distintivas, a primeira delas, é que as massas são alimentadas pelo ódio e o que as une é um ódio comum, já que elas são movidas por um afeto, o ressentimento. Ressentido é aquele que “conserva a crença em sua integridade à custa de eleger inimigos” (KEHL, 2020, p. 72). A partir dessa definição, é possível atestar a criação artificial de uma lealdade ao movimento de domínio total e supressão da pluralidade humana. Outra característica é a psicologia do homem de massa, que é

marcada pelo egocentrismo, isolamento e solidão, e que refletia as crises na Europa e aquilo que Arendt descreveu como o “colapso da sociedade de classes”.

Se no totalitarismo havia essa característica de supressão da diferença e pluralidade humana, a radicalidade do fenômeno está na negação absoluta da humanidade. Esse homem de massa, do atomismo que possibilitou sua existência à destruição de qualquer conexão social, contribuiu para que os movimentos totalitários avançassem em seus aparelhamentos ideológicos. Prova disso é que um dos elementos que fortaleceu essa relação entre as massas e o governo totalitário foi a propaganda.

O sucesso da propaganda totalitária estava relacionado à manipulação da realidade e o fato de alimentar a ideia de onipotência humana (AGUIAR, 2008, p. 80), tendo como base a manipulação, a violência e a mentira. A realidade era construída de modo coerente para que as massas se convencessem e se identificassem de modo absoluto com os regimes totalitários. No entanto, o totalitarismo alcançou seus objetivos através da dominação ideológica, e sua estabilidade, assim como a sua organização, “depende do isolamento do mundo fictício criado pelo movimento em relação ao mundo exterior” (ARENDRT, 1998, p. 489).

Perceber esses movimentos e percursos narrativos de Arendt, ao analisar a massificação e a propaganda, é importante para compreendermos como esses dois elementos se articulam no interior da estrutura do regime totalitário. Mas, é válido ressaltar que a expressão maior da organização do regime totalitário são os campos de concentração, que eram verdadeiros campos de experiência de sujeição do humano. Para Arendt, eles eram a experiência da eliminação, do extermínio e do controle do humano. Nos campos de concentração, eliminava-se a espontaneidade a partir do controle, primeiramente, do corpo, e, depois, da transformação do humano em “coisa”, de modo que a expressão da organização dos regimes totalitários era o núcleo do governo totalitário, que estava relacionado à ficção ideológica e, obviamente, estava fora dos domínios da lei.

No governo totalitário, essa base do direito é dissolvida, porque não há uma comunidade política, e já não basta ser apenas cidadão, ou seja, o direito só é garantido em uma comunidade política e, somente em uma comunidade política, há espaço para se relacionar de novos modos com a vida, a espontaneidade e a novidade de cada ser. A carência dessa comunidade política é sintoma da solidão e atomização do homem, condicionantes que tornaram possíveis o totalitarismo. A partir desse diagnóstico de sua época, Arendt reconhece que o direito precisava de novas bases. Desse modo, a situação dos apátridas, como exemplo histórico, evidencia a expressão leviana do idealismo liberal dos direitos fundamentais garantidos antes mesmo do nascimento. Nesse processo de desnacionalização, os apátridas, que já não pertenciam a lugar nenhum, perderam inclusive sua humanidade. Com a palavra, Arendt proclama em *Origens* o fim dos direitos do homem:

Nenhum paradoxo da política contemporânea é tão dolorosamente irônico como a discrepância entre os esforços de idealistas bem-intencionados, que persistiam teimosamente em considerar “inalienáveis” os direitos desfrutados pelos cidadãos dos países civilizados, e a situação de seres humanos sem direito algum. Essa situação deteriorou-se, até que o campo de internamento - que, antes da Segunda Guerra Mundial, era exceção e não regra para os grupos apátridas - tomou-se uma solução de rotina para o problema domiciliar dos “deslocados de guerra” (ARENDRT, 1998, p. 312).

Fica evidente a partir dessa afirmação que o que restou às minorias e aos apátridas foi a marginalidade diante de uma comunidade de leis. Essa marginalidade representa mais um “fora” que um “entre” ou “sobre a margem”. Tais considerações servem para que se reconheça que, no governo totalitário, a simples condição de humano já condenava muitos aos campos de extermínio. A ambivalência e o paroxismo dos regimes totalitários expressavam-se nos modos de subjugação do humano, da

tomada da condição humana e a convulsão social à desintegração da vida, mas não só, na medida em que tudo isso significou a subjugação da vida ao poder da morte.

Essa noção de que o paradoxo da política, nesse contexto, concentra-se entre o direito e a situação real dos apátridas, revela o caráter filosófico-político da obra de Hannah Arendt. A filósofa percebe nos acontecimentos históricos um problema que se pode denominar de decadência do Estado Nacional e, a partir disso, propõe as novas categorias políticas a serem fundadas por um profundo esforço de compreensão. O pretexto de dominação, que tem como efeito a subjugação do homem, nessa condição humana que evidencia uma crise de direitos e liberdade, tem um peso. O peso que recaiu sobre o mundo foi a substituição da realidade pela coerência fictícia da ideologia veiculada pelas propagandas. As propagandas totalitárias foram instrumentos muito bem trabalhados para colocar em questão todos os fatos e fazer um mundo “verdadeiro” à sua maneira.

## Propaganda totalitária

Se por um lado a propaganda era utilizada para, de algum modo, assumir o poder, por outro, o que permaneceu foi o emprego do terror. O objetivo das propagandas totalitárias, escreve Hannah Arendt (1998, p. 411): “não é a persuasão, mas a organização”. A partir da organização e coerência que essas propagandas criam um mundo fictício, capaz de competir com o mundo real. A partir dessa constatação, merece ser destacado que o domínio total era a articulação entre os elementos: massificação, propaganda e organização. Na verdade, a propaganda totalitária germina em uma sociedade atomizada, isto é, em uma sociedade de massas.

Para Odílio Aguiar (2007, pp. 8-9), comentador da obra da pensadora alemã, “a sociedade de massa é o esteio, segundo Arendt, no qual os regimes totalitários germinaram, frutificaram e espalharam as suas sementes”. Elas surgem com a Revolução Industrial, estabelecendo-se “a partir do desenraizamento, da urbanização, da coletivização do trabalho, saúde, educação, cultura e das demais instâncias da vida humana” (REFERÊNCIA). Nesse modo de organização da sociedade, na sociedade de consumo, os homens de massa são manipuláveis, mas também precisam ser conquistados.

A sociedade de massas tem como característica a indiferença, além disso, não se organiza em torno de um interesse comum, emprega uma lógica de rebanho, e é a expressão do “caos de interesses individuais” (ARENDR, 1998, p. 397). A partir dessa descrição, destacamos que dois elementos contribuem com tal fenômeno da massificação. O primeiro, o princípio da manipulabilidade, que possui um traço de coerção e dominação. O segundo, a indução de comportamento, que ainda possui esses traços, mas é baseado na psicologia behaviorista. Em outras palavras, a propaganda totalitária só sobrevive por meio da explicação coerente de fatos manipulados. Nessa realidade, as massas são manipuladas, mas antes precisam ser conquistadas e dominadas ideologicamente, para serem induzidas a determinados comportamentos.

A experiência totalitária enquanto movimento de supressão da espontaneidade, da negação absoluta da humanidade e experiência de sujeição do humano, possibilitou também a supressão da capacidade de agir, de criar e compreender. Não obstante, para que possamos fortalecer uma comunidade política, no interior dessa comunidade, deve-se prevalecer a verdade e a informação. Caso contrário, as decisões próprias da política correm o risco da manipulação, o que significa um distanciamento da espontaneidade e da capacidade de iniciar o novo, da capacidade de agir.

Retomando a análise desses paradoxos políticos no interior do movimento totalitário, pode-se estabelecer uma diferença entre a propaganda e a doutrinação ideológica para os iniciados no movimento totalitário. A doutrinação é uma etapa

que não precisa mais de propaganda. Assim, a propaganda assume a forma de instrumento para atingir determinados fins. Não somente, mas ainda a propaganda e a violência são empregadas ao mesmo tempo, alimentando as ideologias e as mentiras disseminadas, de modo que a mentira na política é empregada como o modo de comunicação política do totalitarismo.

O movimento totalitário, cujo escopo é o domínio total, “procura restringir os métodos propagandísticos unicamente à sua política externa ou às ramificações do movimento no exterior, a fim de lhes fornecer material adequado” (ARENDR, 1998, p. 392). Portanto, a propaganda é destinada para o mundo exterior, apesar de a propaganda e a doutrinação fazerem parte da “guerra psicológica” e manipulação das massas, elas são utilizadas em contextos diferentes. Arendt descreve ainda:

A propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não-totalitário; o terror, ao contrário, é a própria essência da sua forma de governo. Sua existência não depende do número de pessoas que a infringem (ARENDR, 1998, p. 393).

O emprego do terror pode atingir o humano simplesmente pela sua condição de humano, visto que os campos de concentração são a própria realização dessa experiência do domínio total. Mas no fenômeno totalitário haviam inimigos determinados ideologicamente. No caso dos nazistas, seus inimigos declarados eram os judeus, os ciganos, doentes etc., de modo que emprego da morte era a expressão do poder exercido através dos mecanismos de controle do regime. Desse modo, não podemos compreender os campos de concentração apenas como campos de extermínio da vida humana, mais do que isso, esses campos representam a perda da capacidade de agir politicamente, a morte do corpo e a supressão da singularidade.

Ademais, não há totalitarismo sem campo de concentração, haja vista que a essência do totalitarismo é o terror. Prova disso é que os campos de concentração são a maior experiência de sujeição do humano e do domínio total. Arendt escreve em *Origens do Totalitarismo* que o terror é permanente no movimento totalitário, já a propaganda é criada para atingir determinados fins e possivelmente abandonada. Por isso, o terror é parte integrante, mais do que a propaganda, da “guerra psicológica” (ARENDR, 1998, p. 393). Diz Arendt:

O que caracteriza a propaganda totalitária melhor do que as ameaças diretas e os crimes contra indivíduos é o uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não derem ouvidos aos seus ensinamentos, seguidas de assassinato em massa perpetrado igualmente contra “culpados” e “inocentes” (ARENDR, 1998, p. 394).

Nessa passagem, podemos perceber que a filósofa faz uma caracterização daquilo que é denominado “propaganda de força”. Assim, demonstra-se que importava mais as formas inteiramente novas de governo, do que os efeitos que a utilização das propagandas poderia causar. Consequentemente, demonstra-se ainda que o poder da ficção ideológica e a coerência de tal efeito, alimentam a ideia de onipotência e infalibilidade do regime. Assim, as propagandas também induziam as massas a pensar que o poder do regime era maior do que o poder das autoridades locais. Um exemplo disso eram as manipulações dos crimes que os próprios nazistas praticavam, crimes como o incêndio de sinagogas e a execução de judeus nos territórios invadidos por nazistas. Com efeito, a perseguição a quem não pertencia a um partido movimentava as massas e as obrigavam, de algum modo, a buscar seu “refúgio” dentro da própria organização nazista.

Além disso, o cientificismo ideológico foi igualmente empregado pelas propagandas totalitárias e faziam parte da coerência da ficção, uma vez que articulava a onipotência, a confiança das massas e o *status* da própria ciência – esta, como portadora das verdades demonstráveis e lógicas. Em razão disso, para Arendt, o emprego do cientificismo

ideológico era mais uma vez a demonstração de poder dos regimes: “tanto no caso da publicidade comercial quanto no da propaganda totalitária, a ciência é apenas um substituto do poder. A obsessão dos movimentos totalitários pelas demonstrações ‘científicas’ desaparece assim que eles assumem o poder” (ARENDDT, 1998, p. 394). A verdade científica era substituída pela “verdade” insinuada pelo regime, bem como a sua ficção ideológica.

Desse modo, havia maior controle sobre os fatos com o emprego desse cientificismo, adicionado a isso, o mistério – um dos critérios para se escolher os temas abordados nas propagandas de massa. O histórico dos temas rondava a Europa à época, como no caso da Alemanha nazista. Os nazistas alemães escolhiam temas que tinham o elemento do segredo, que não eram evidentes entre as discussões públicas e no cenário político. De acordo com Odílio Aguiar (2008, p. 80), “a propaganda e suas ficções são alimentadas pelo segredo, o mistério e o invisível”. Os nazistas alemães eram aficionados por esses elementos, pois diante das massas eles criariam a imagem de “reveladores” de “verdades ocultas”. Mais uma vez, essa era a demonstração de uma onipotência sobre os fatos, com o objetivo de atrair as massas para o movimento.

Na propaganda dos regimes, as técnicas publicitárias que fazem crer na infalibilidade só ganham corpo após o domínio pelos regimes. A partir da “predição infalível” as propagandas dos regimes ajustavam a realidade com as mentiras que proclamam. Os efeitos desse movimento político eram evidentes: “sua propaganda exhibe extremo desprezo pelos fatos em si, pois, na sua opinião, os fatos dependem exclusivamente do poder do homem que os inventa” (ARENDDT, 1998, p. 399).

Dentre os diversos recursos, a mentira era utilizada para mascarar a realidade, de forma que o desprezo pelos fatos era decorrente da intenção de subjugar o mundo ao controle e domínio de tudo. Através desse controle, era possível fazer da mentira “a veracidade do mundo”, em suas predições sobre todos os aspectos do mundo. Pode-se atestar que, na infalibilidade, residia o sucesso dessas propagandas, inclusive porque as massas desejavam o sucesso e a vitória e, com isso, criou-se um imaginário sobre o sucesso, que seria garantido ideologicamente, em mundo totalmente sob controle de um regime. A partir desse contexto, Arendt elucida:

O que as massas se recusam a compreender é a fortuidade de que a realidade é feita. Predispõem-se a todas as ideologias porque estas explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências, inventando uma onipotência que a tudo atinge e que supostamente está na origem de todo acaso. A propaganda totalitária prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência (ARENDDT, 1998, p. 401).

Somando os desejos das massas com a promessa de domínio total pelos governos totalitários, o resultado é a sustentação da força ideológica das propagandas. Um possível confronto das massas com a realidade não ocorria, porque elas se asseguravam da verdade coerente das ideologias. Nesse contexto, a maior mentira sustentada pela propaganda nazista era a de uma conspiração judaica. O antissemitismo não era uma novidade na Europa no século XX, pois já se sustentava historicamente um incômodo com os judeus há algum tempo. Todavia esse antissemitismo ganha nova força devido ao direcionamento das forças ideológicas nazistas, que certamente precisavam de inimigos públicos para que servissem de “bode expiatório” e, com isso, poderiam ter sucesso na conquista das massas.

Conclui-se, a partir disso, que esse movimento das massas era a demonstração de um ressentimento, isto é, o fato de eleger inimigos e culpados pelos próprios infortúnios. Esse sentimento foi profundo nesse determinado tempo histórico, pois a força das massas repousava também em um atomismo característico da época. Em consequência disso, houve uma facilitação e uma manipulabilidade das massas, que as impediam de agir politicamente, principalmente porque estavam isoladas do



mundo real e aceitavam com facilidade qualquer explicação que as confortasse em seus desejos de conservação. Esses fatos devem ser compreendidos no núcleo da experiência totalitária. Não obstante, essa compreensão ganha novos rumos quando a articulação entre verdade e mentira nos aparelhamentos ideológicos do Estado totalitário torna-se explícita.

## Verdade e mentira na política

Foi no ensaio *Verdade e Política* (1967), que Arendt melhor explicitou as implicações políticas da verdade e da mentira. A princípio, nesse ensaio, notamos que Arendt revela um conflito existente entre a verdade e a política. Entretanto, esse conflito não é bem uma novidade da esfera pública. A filósofa diferencia a verdade filosófica da verdade factual. A verdade factual é a verdade política. Segundo Arendt: “ela diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade” (ARENDR, 2007, p. 12). Na política, no entanto, não há lugar para aquilo que é a verdade do filósofo, pois “a verdade filosófica, ao penetrar na praça pública, altera sua natureza e se torna opinião” (ARENDR, 2007, p. 12).

Além da verdade, articula-se no campo político também a mentira. A mentira pode ser empregada a qualquer momento na política, pois o que se deseja é produção de efeitos, sem que haja compromisso com a veracidade dos fatos. Dessa maneira, “a mentira é um problema político, que suscita dilemas éticos, pois põe em risco princípios e compromete resultados” (LAFER, 2007, p. 323). Esses dilemas ético-políticos, ao retomarmos o contexto da organização totalitária, são cristalizados no interior da estrutura do movimento, que tem em sua essência, o terror. Nas propagandas totalitárias, o segredo e o mistério são suas estratégias políticas de dissimulação de provas. Conseqüentemente, essas estratégias minam a confiabilidade da opinião pública, porque também pretendem induzir a opinião pública à falsidade. Nesse sentido, a mentira, frequentemente presente nas propagandas totalitárias, é também uma maneira de interpretar o mundo, pois “o mentiroso, alerta Arendt, como homem de ação, quer transformar o mundo não a partir da realidade compartilhada por todos, mas à custa da veracidade e da destruição do solo sobre o qual se firma qualquer opinião e ação” (AGUIAR, 2007, p. 12).

O que é antagônico à verdade factual é a mentira. A verdade factual não concorre com a opinião, com a ilusão ou com o erro. Celso Lafer (2007, p. 323) argumenta que nessa dicotomia verdade/mentira há um termo forte e um termo fraco, pois “dizer a verdade não requer explicação, mas dizer uma mentira exige justificção”. A mentira é como um mal, dentro da política, não acidental. Mas a mentira concorre com a falta de evidência da verdade factual, já que a fragilidade da verdade factual reside na necessidade de testemunhas que as comprove. Com a mentira, o que se pretende é induzir a opinião pública à falsidade, isto é, quem age como mentiroso tem uma intencionalidade em suas ações. No entanto, a veracidade, argumentamos com segurança, deve ser um pilar de uma democracia que se pretende participativa e que preze pela liberdade política, haja vista que, em uma comunidade política, em que a veracidade é fruto cultivável entre seus integrantes, a liberdade política, a deliberação sobre a vida pública, a espontaneidade e a justiça prevalecem.

Portanto, na esfera pública, a validade da verdade deve prevalecer, apesar de que a verdade factual comporta interpretações, a sua essência mesmo se mantém. Na política, em uma democracia, este é um movimento possível e às vezes parte do próprio escopo da comunidade política, haja vista que a opinião não é antagônica da verdade factual. Sendo assim, ela diz sobre o modo que os homens se relacionam na

política, que partem dos seus interesses, embora em uma comunidade política esses interesses não são inteiramente privados. O fato é que a *virtù* da vida pública centra-se na horizontalidade entre os homens, o que contribui com a noção de comunidade.

## Considerações finais

Neste artigo, percorremos o escrito *narracional* de Hannah Arendt para argumentar que o totalitarismo cristalizou alguns dilemas éticos e políticos na vida pública. Um desses dilemas, como a confiabilidade pública, corre o risco insistente de incidir em erro quando os pilares de uma comunidade política não estão ancorados na verdade factual.

Além disso, devemos considerar que se torna evidente a importância de pensarmos o conceito de ação no pensamento de Arendt. Esse conceito é definido pela capacidade de criar o novo, e a capacidade de imaginar que as coisas podem ser diferentes e que podem ser mudadas. Mas o novo não significa necessariamente a renovação do mundo, como no caso de uma revolução. A exemplo da “novidade totalitária”, que era a expressão maior da catástrofe, o novo pode ter o elemento do terror. Por entender que o totalitarismo era uma forma de governo que não havia antecedentes históricos, que Arendt nos seus escritos proclama a novidade do totalitarismo.

A própria filosofia de Arendt aponta para um problema que ela identificou no totalitarismo, a saber, a supressão da capacidade de agir. Firmar compromissos públicos torna-se necessário para que a vida pública se centralize na horizontalidade entre os homens. No nosso entendimento, devemos nos opor a uma negação da história e da memória, devemos assumi-la em todos os seus percalços para compreendê-la. Mas, além disso, precisamos romper com os velhos autoritarismos e exercitar a imaginação política, para além de uma mera reprodução social, mas em busca do interesse comum. Para que a barbárie dos campos de concentração não se repita, a capacidade de agir não pode ser suprimida. Nesse sentido, precisamos resistir à falsificação do mundo e precisamos ter acesso àquilo que é a memória e veracidade da política e da história.

---

**Correspondência:** Júlio César Ferreira de Matos Freitas. Universidade Federal de Goiás – UFG. Faculdade de Filosofia. Avenida Esperança, SN. Campus Samambaia. Goiânia – GO – Brasil. CEP: 74690-900. E-mail: [cjulio.freitas98@gmail.com](mailto:cjulio.freitas98@gmail.com).

**Apoio financeiro:** Nenhum.

**Conflito de interesses:** Nenhum.

Todos os autores leram e aprovam a versão final submetida à revista Em curso.



## Bibliografia

AGUIAR, O. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. *doispontos*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 73-88, 2008.

\_\_\_\_\_. Veracidade e propaganda em Hannah Arendt. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 1, n. 10, p. 7-17, 2007.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mário W. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *Escritos judaicos*. Trad. Laura Degaspare Monte Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. Barueri: Amarilys, 2016.

LAFER, C. A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. In: NOVAES, A. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 318-334.

KEHL, M. R. *Ressentimento*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

**Recebido em:** 01/Mar/2021 - **Aceito em:** 08/Out/2021.